



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DO EXECUTIVO DE 18-04-2016

DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DO ANO DE 2015 =

PONTO 02: *Apreciação, discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal, do ano de 2015.*-----

----- *Foram presentes os Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal, cujos movimentos financeiros efetuados durante o ano de 2015 correspondem aos seguintes valores:* -----

----- *Movimento Orçamental:* -----

----- *Receitas arrecadadas no valor de € 11 880 099,53, acrescido do saldo da gerência anterior no valor de € 716 854,76, o que perfaz a quantia de € 1 342 814,49.* -----

----- *Foram efetuados pagamentos no valor de € 12 594 707,44, pelo que transitou para a gerência do ano seguinte o valor de € 2 246,85.* -----

----- *Em operações de tesouraria foram efetuados recebimentos no valor € 772 245,78, aos quais acresce o saldo da gerência anterior no valor de € 570 568,71, perfazendo o valor de € 1 265 532,84.* -----

----- *Foram efetuados pagamentos de € 621 587,23, pelo que transitou para a gerência seguinte a quantia de € 721 227,26.*-----

----- *As demonstrações financeiras apresentam um resultado líquido de € 688 071,28, que será aplicado da seguinte forma: Reservas legais: € 34 403,56; Reservas livres: € 653 667,72.* -----

----- *O presidente da Câmara referiu que a taxa de execução ultrapassou os noventa por cento, que a dívida tem vindo a ser progressivamente reduzida, sem perder a capacidade de investimento, os pagamentos demoram em média três dias. Em síntese, as contas expressam o rigor e a boa saúde das finanças municipais, facto que só se consegue com muito trabalho de toda a estrutura, principalmente, porque não houve qualquer abrandamento no volume de trabalho, obras e iniciativas levadas a cabo.* -----

----- ***A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar todos os Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal, relativos ao ano financeiro de 2015, que se encontravam integral e tecnicamente elaborados.***-----

----- ***Mais se deliberou que os aludidos documentos se dão por transcritos na presente ata, ficando arquivados na pasta anexa à mesma, depois de rubricados por todo o Executivo e disponíveis para consulta quando, para tal, forem solicitados.*** -----

----- ***Por fim foi deliberado submeter os documentos à apreciação e votação da Assembleia Municipal nos termos do nº alínea I), nº 2, artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e alínea ww) do nº 1 do art.º 33º da mesma Lei, bem como remetê-los ao Tribunal de Contas, para efeitos de fiscalização, nos termos da alínea ww) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013, referida e dos artigos 51º e 52º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, na redação dada pela Lei nº 20/2015, de 9 de março.***-----

----- *As vereadoras Helena Ramos e Janine Soares disseram votar favoravelmente, considerando que os documentos de despesa são documentos técnicos e não políticos, pela confiança que merecem os técnicos que o elaboraram e porque acreditam que estão corretos.*-----

----- *A vereadora Helena Ramos disse que: “em relação a tão comentada taxa de execução financeira deste município, impõe-se a seguinte conclusão por parte do PSD: à priori embora sob o ponto de vista quantitativo, uma elevada taxa de execução financeira possa significar uma adequada gestão municipal, num prisma qualitativo a mesma situação merece alguns reparos e sugestões.* -----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Embora nos congratulemos com o investimento na área da cultura, divergimos nos montantes gastos e nos critérios definidos na sua concretização. Tal significa que defendemos que deve existir sempre a preocupação de obter resultados superiores aos investimentos realizados, assim como somos apologistas da necessidade de escolher convenientemente os eventos a realizar, apresentando metas e resultados quantificáveis e com o devido planeamento prévio. É essencial justificar a necessidade de cada evento, e consequentemente o investimento necessário. Sabendo da intenção deste executivo em que este tipo de investimento se reflita no tecido empresarial courense, teremos que apontar que o apoio à participação de empresários courenses na feira de Cenon ficou aquém do expectável, tendo-se perdido uma boa oportunidade de divulgação dos produtos locais a um nível internacional.”-----

----- O presidente da Câmara considerou que a posição da vereadora é respeitável mas que o município tem linhas próprias de orientação. Por outro lado, o que lhe parece importante destacar desde já é que entende nas palavras da vereadora um desacordo evidente em relação à política cultural do Município. Quanto à escolha conveniente dos eventos, à preocupação com os gastos e ao retorno económico que, para quem ouve apenas as declarações da vereadora até parece que não existem - basta atentar aos resultados das contas do Município e auscultar os empresários para perceber que representam uma preocupação constante. Aliás, só assim se conseguem os resultados obtidos. Ainda assim, destaca que quando fazem eventos culturais tem de haver paciência para que eles cresçam. É neles que se afirma o território e através deles que se reforça a capacidade de captar investimento. Por isso nem todos os resultados são imediatamente atingidos e isso não significa que sejam menos importantes. Acrescentou que está absolutamente convicto de que é pela aposta na cultura, educação e criação de emprego que o desenvolvimento de Paredes de Coura tem de passar e que será este o rumo que se tomará.-----

= 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA DA CÂMARA MUNICIPAL =

PONTO 04: *Apreciação, discussão e votação da proposta de 1ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal, do ano de 2016, destinada a integrar a receita da retoma da viatura pesada de passageiros e a despesa com contratos de locação financeira.*-----

----- ***“Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a primeira Revisão ao Orçamento da Receita do ano de 2016, destinada a integrar o saldo da gerência anterior no valor de € 8 043,00 (oito mil e quarenta e três euros destinada a integrar a receita da retoma da viatura pesada de passageiros e a despesa com contratos de locação financeira.***

----- ***Mais foi deliberado submeter os documentos à apreciação e votação da Assembleia Municipal.***-----

= LOCAÇÃO FINANCEIRA PARA VIATURA PESADA DE PASSAGEIROS =

PONTO 06: *Apreciação, discussão e votação da proposta de submissão à Assembleia Municipal de autorização para a abertura de procedimento para a celebração de contrato de locação financeira para viatura pesada de passageiros.*-----

----- ***Pelo Presidente da Câmara foi presente o documento que a seguir se transcreve:***-----

----- ***“I- Tendo em conta a competência em mim delegada em 11/12/2015 pela Assembleia Municipal relativamente à assunção de compromissos plurianuais e uma vez que os encargos anuais decorrentes do contrato de locação financeira não ultrapassarão o montante de € 99.759, 58, ao que a esse elemento se refere, autorizo a assunção do compromisso plurianual identificado acima.***-----

----- ***II - Embora a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não estabeleça, de forma explícita, a exigência de autorização da AM para que o Município se vincule diretamente, através de um contrato de locação financeira, de acordo com o entendimento do Tribunal de Contas (ver acórdão n.º 14/2015-26.MAI-1.S/PL) o órgão deliberativo deve autorizar a realização de tal despesa.***-----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

----- Assim, vem-se propor que a Câmara Municipal, no seguimento da decisão de adjudicação da Aquisição de Viatura Pesada de Passageiros em 04/04/2016, submeta à Assembleia Municipal o pedido de autorização para abertura de procedimento para celebração de contrato de locação financeira por um prazo de três anos com vista ao financiamento de viatura pesada de passageiros, sendo que o valor não ultrapassará os 202 000 euros (valor que inclui o preço do bem, o montante dos juros devidos pela locação financeira, os encargos a suportar relativamente à contratação e à gestão do contrato e o valor residual), acrescido de IVA. -----

----- Informa-se que para tal será efetuado um procedimento por concurso público, de acordo com o artigo 432.º do DL 18/2008, de 29 de janeiro, que aprovou o Código de Contratos Públicos – CCP.” -----

----- **“Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de submissão à Assembleia Municipal do pedido de autorização para abertura de procedimento para a celebração de contrato de locação financeira para financiamento da viatura pesada de passageiros, por um prazo de três anos e cujo valor não ultrapassará os 202 000 euros, nos termos propostos acima”**-----

----- As vereadoras Helena Ramos e Janine Azevedo Soares apresentaram uma declaração de voto com o seguinte teor: “Votamos favoravelmente o ponto II, relativo ao pedido de autorização à Assembleia Municipal com vista à celebração de contrato de locação financeira para financiamento da viatura pesada de passageiros. Todavia, no tocante ao ponto I, consideramos que, tratando-se de uma competência delegada no Presidente, a sua apreciação pela Câmara Municipal é desnecessária”.-----

= ATUALIZAÇÃO DO VALOR DA TAXA DE RECURSOS HÍDRICOS =

PONTO 20: Apreciação, discussão e votação da proposta de atualização do valor da taxa de recursos hídricos:----

----- “Considerando que: -----

----- - O Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de Junho, estabelece o regime económico e financeiro dos recursos hídricos previsto no Capítulo VII da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, disciplinando entre outras a taxa de recursos hídricos;-- -----

----- - Nos termos do preceituado no n.º 2 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 97/2008 terá de ser repercutida sobre o utilizador final o encargo económico que essa mesma taxa representa, juntamente com os preços e tarifas que o Município pratique;-----

----- - Em 30/04/2010 foi autorizado pela Assembleia Municipal a inclusão da taxa de recursos hídricos na fatura final do consumidor. -----

----- Propõe-se:-----

----- - Que seja atualizado o valor da taxa de recursos hídricos incluído na fatura final do consumidor, tendo por base o valor que é pago às Águas do Norte, S.A, nas leituras do mês de maio:-----

----- TRH sobre água.....0,0164 €/m3-----

----- TRH sobre Saneamento..... 0,0057 €/m3-----

----- - Que seja autorizada a atualização do valor a incluir na fatura final do consumidor sempre que a mesma for atualizada para o Município pelas Águas do Norte, S.A”. -----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de atualização das taxas de recursos hídricos sobre a água no valor de 0,016 €/m3 e sobre o saneamento no valor de 0,0057 €/m3, do Município de Paredes de Coura e submetê-las a apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal.**-----

Em: 18-04-2016